

## **ATA DE REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE MESTRADO EM DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS – FDA/UFAL REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2014**

Aos dias quatorze de outubro de dois mil e quatorze, às dez horas e trinta minutos, na sala da secretaria do Programa de Mestrado em Direito, foi iniciada a reunião do Colegiado do Curso de Mestrado em Direito da FDA/UFAL, com a presença dos professores doutores Marcos Ehrhardt, Adrualdo Catão, José Barros, Elaine Pimentel e Andreas Krell, a secretária do Mestrado, Sara Albuquerque, e a representante dos discentes, Jéssica Caparica. Os demais membros do Colegiado não justificaram a ausência. Foi lida e aprovada a ata da reunião do Colegiado anterior, realizada em 19/08/2014. **Foram aprovados os membros para as bancas de qualificação, conforme anexo 1 desta ata,** tendo sido facultado aos presentes se manifestarem sobre a oportunidade e conveniência das indicações. Apesar da reunião ter sido avisada a todos os docentes e facultado o seu comparecimento, tendo em vista os temas em pauta, apenas a professora Elaine Pimentel e o professor José Barros compareceram, tendo o colegiado oportunizado a eles manifestação sobre a composição das bancas e demais assuntos em pauta. Deve a Secretaria dar divulgação aos alunos e professores sobre a composição das Bancas e demais deliberações constantes da reunião. **Foi deliberado, em decisão unânime do colegiado que: 1) as bancas de qualificação só poderão ocorrer na presença de todos os professores designados, ficando vedada a reunião individual; 2) todas as bancas deverão ocorrer no período de 17 a 30 de novembro de 2014, desde que os respectivos pareceres do orientador sejam apresentados até 10 de novembro de 2014; 3) compete aos respectivos orientadores entrar em contato com os demais membros da banca de qualificação para informar data e horário da banca, para controle e divulgação da secretaria; 4) O parecer prévio do orientador é condição para a realização da banca; 5) reuniões realizadas sem apresentação do parecer ou mediante encontros individuais com os professores designados não serão reconhecidas pela Coordenação como “qualificação”; 6) todas as bancas deverão ocorrer na FDA.** Os professores José Barros e Andreas Krell, presentes na reunião, já receberam suas vias das dissertações para as bancas de qualificação. Foram analisados os requerimentos de prorrogação de entrega dos trabalhos de dissertação dos mestrandos Kleverton Bibiano e Thiago Maia. O prazo para o mestrando Kleverton foi mantido até dia 28/10/2014. O prazo para o mestrando Thiago Maia foi prorrogado até dia 10/11/2014. O requerimento de representação no Colegiado pelos discentes Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro (titular) e Davi Antônio Gouvêa Costa Moreira (suplente) com assunção no Colegiado a partir de 01/11/2014 foi arquivado, pois os mandatos dos representantes discentes devem coincidir com o do próprio colegiado. Não há prejuízo que o mesmo pedido seja reapresentado quando das eleições para a nova composição do Colegiado. Quanto ao processo seletivo para a turma de 2015.1 (Edital nº 27/2014), o Coordenador ressaltou a necessidade de participação efetiva dos docentes e discentes do programa, considerando a ausência de servidores para colaborar com a tarefa, sugerindo a distribuição de tarefas entre os professores e alunos, especialmente aqueles que recebem bolsas. A proposta foi aprovada, ficaram definidos os seguintes professores para integrar a Comissão de Prova de Idiomas, que ocorrerá no dia 10/11/2014: Elaine Pimentel (presidente), Alessandra Marchioni, Maria da Graça Gurgel e Olga Krell; para integrar a

Comissão da Prova de Conhecimentos Jurídicos, que ocorrerá em 09/12/2014: Querino Mallmann (presidente), Fábio Lins, Manoel Cavalcante, Gabriel Ivo, Frederico Dantas e José Barros; para integrar a Comissão de Avaliação dos Projetos de Dissertação, que ocorrerá nos dias 04 e 05/02/2015: Marcos Ehrhardt, Adrualdo Catão, Andreas Krell, Beclaute Oliveira, George Sarmiento e Alberto Jorge. Deve a Secretaria providenciar a notificação de todos. Por fim, ficou estabelecida a necessidade de prorrogação da atual gestão até a conclusão do processo eleitoral para definição da nova composição do Colegiado do Mestrado, ficando o Coordenador responsável por publicar portaria específica para tal finalidade. Para tanto, deve a Secretaria providenciar o envio da presente ata ao Diretor da FDA para formalizar ciência da situação. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Sara Albuquerque \_\_\_\_\_, Secretária do Mestrado, lavrei a presente ata e assinei junto aos demais presentes.

**Prof. Dr. Marcos Ehrhardt**  
(Coordenador PPGD/FDA)

**Prof. Dr. Andreas Krell**  
(Vice-Coordenador PPGD/FDA)

**Prof. Dr. Adrualdo Catão**  
(Professor)

**Prof. Dr. José Barros**  
(Professor)

**Profa. Dra. Elaine Pimentel**  
(Professora)

**Jéssica Caparica**  
(Representante dos discentes)

**Sara Albuquerque**  
(Secretária)

## ANEXO 1

### Datas e Membros de qualificação – Turma 9

ORIENTADORES	ALUNOS	DISSERTAÇÃO	MEMBROS TITULARES		SUPLENTE
<b>Gabriel Ivo</b>	Afrânio Menezes de Oliveira Júnior	Extrafiscalização e incentivos fiscais: uma análise da disciplina constitucional relativa à concessão de incentivos fiscais do ICMS e de sua possível contribuição com a “guerra fiscal” entre os Estados da Federação.	Manoel Cavalcante	Beclaute Silva	Querino Mallmann
	Anderson Luiz da Silva	O controle externo das finanças públicas: limites à revisibilidade judicial das decisões dos tribunais de contas quanto aos aspectos de legitimidade e economicidade.	Manoel Cavalcante	Beclaute Silva	Adualdo Catão
<b>George Sarmiento</b>	Davi Antônio Gouvêa Costa Moreira	A concretização do direito fundamental à saúde e o controle judicial das políticas públicas de acesso a medicamentos: uma abordagem à luz da eficiência.	Alessandra Marchioni	Alberto Jorge	Marcos Ehrhardt
<b>Graça Gurgel</b>	Joyce de Oliveira Bezerra de Souza	Democratização da segurança pública através do policiamento de proximidade: efetivação do direito fundamental à segurança pública cidadã com a participação das comunidades em Alagoas.	Alberto Jorge	Elaine Pimentel	Querino Mallmann
<b>Andreas Krell</b>	Karolina Gama Carnaúba Azevedo	A Ação Civil Pública como instrumento judicial de concretização dos direitos sociais. O ativismo judicial analisado na jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.	Frederico Dantas	Pedro Nogueira	Marcos Mello
<b>Olga Krell</b>	Georgina Maria de Omena Bomfim	A educação em direitos humanos como instrumento de promoção da cidadania e reconhecimento das diferenças no contexto multicultural.	George Sarmiento	Elaine Pimentel	Maria da Graça Gurgel
<b>Marcos Ehrhardt</b>	Jéssica Aline Caparica da Silva	A boa-fé objetiva e o abuso do direito nas relações sociais contemporâneas: a recepção principiológica do duty to mitigate the loss.	José Barros	Andreas Krell	George Sarmiento
	Arthur de Melo Toledo	A instituição negocial do sigilo nas relações jurídicas em face da devida informação no Estado	José Barros	Adualdo Catão	Fábio Lins

		Democrático de Direito.			
<b>Adrualdo Catão</b>	Caroline Maria Costa Barros	A interpretação e aplicação dos “aspectos morais” dos direitos fundamentais no Supremo Tribunal Federal e sua posição neoconstitucionalista: o debate entre o pragmatismo e o positivismo jurídico.	Andreas krell	Marcos Ehrhardt	Alessandra Marchioni
<b>Beclaute Silva</b>	Bianca Tenório Calaça de Pádua Carvalho	A redução do subjetivismo judicial na quantificação dos danos morais decorrentes de acidente de trabalho.	Marcos Ehrhardt	Frederico Dantas	Marcos Mello
<b>Pedro Nogueira</b>	Thales Francisco Amaral Cabral	Controle de constitucionalidade no Processo Administrativo Tributário. Apreciação sob o prisma dos direitos fundamentais do contribuinte.	Gabriel Ivo	Fábio Lins	Andreas Krell
<b>Frederico Dantas</b>	Marcelo Barbi Gonçalves	Incidentes de resolução de demandas repetitivas na reforma do Código de Processo Civil: garantias processuais e precedencialismo à brasileira.	Beclaute Silva	Pedro Nogueira	Francisco Wildo
<b>Alessandra Marchioni</b>	Milton Gonçalves Ferreira Netto	A (inefetividade das decisões da Corte Internacional de Direitos Humanos no Brasil: A decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF nº 153 (Revisão da lei da Anistia) e a sentença da Corte Internacional de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) v. Brasil	George Sarmento	Adrualdo Catão	Olga Krell
	Tatianna Gomes Voronkoff Carnaúba	Fundo de pesquisa EMBRAPA-MONSANTO: um estudo sobre os riscos do setor biotecnológico agrícola para os direitos a soberania alimentar e a saúde pública.	Olga Krell	Maria da Graça Gurgel	Andreas Krell.